

Nova CNH gera atrito entre governo e empresariado

Proposta do governo federal está em fase de consulta pública

/ TRÂNSITO

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

A iniciativa do governo federal, através do Ministério dos Transportes, para mudar os moldes da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), está gerando revolta nos trabalhadores da área e no empresariado. O argumento do ministro à frente da pasta, Renan Filho, é que o projeto busca reduzir custos e ampliar o acesso à habilitação. A principal mudança é a permissão para realizar as aulas práticas de direção por conta, sem utilizar o serviço da autoescola.

la. No momento, há uma consulta pública que seguirá em vigor até 2 de novembro.

O debate já permeia o governo há alguns meses. Em agosto, Renan Filho disse à Câmara dos Deputados que “o Brasil tem, ao mesmo tempo, uma CNH cara e muitos acidentes de trânsito”, e questionou se a formação está ruim, apesar de cara, ou muita gente está dirigindo sem carteira porque não pode pagar.

O que mais preocupa, porém, está relacionado aos empregos ameaçados. É o que diz o presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Rio Grande do Sul (SindiCFC-RS), Vilnei Sessim. Ele afirma que só no

Estado são mais de 9.731 colaboradores, e no Brasil são 300 mil pessoas que atuam na formação de condutores.

Sobre este ponto, na mesma ocasião, Renan Filho afirmou defender a permanência da autoescola, mas não a obrigação de fazer. E como resposta ao movimento do governo, em Porto Alegre, houve uma manifestação promovida pelo Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio (Seaacom), que representa os trabalhadores de autoescolas, na quinta-feira, dia 16, quando se celebrava o Dia Nacional do Instrutor de Trânsito.

Sessim salienta que o SindiCFC não participou da organização do protesto, mas reitera o total apoio do empresariado à causa e lembra que participou do evento, inclusive se pronunciando. “São pessoas que fazem um excelente trabalho e sustentam as suas famílias. Ninguém está ali esperando qualquer auxílio”, completa.

Ainda sobre os empregos, o presidente alerta que os CFCs são pequenas empresas familiares e que, caso a operação fique inviabilizada, não haveria dinheiro para indenizar os trabalhadores desligados ao fechar as portas. “Existe uma preocupação enorme por parte dos funcionários, mas também pela parte do empresariado”.

O principal problema da carteira hoje, pela avaliação popular, está no preço. Segundo o governo federal, o valor da CNH pode chegar a R\$ 4,2 mil. Questionado sobre o alto custo, que não condiz com a realidade financeira de uma parcela significativa da população, Sessim diz que, no Estado, o valor é de R\$ 2.711,00. “E 50% do nosso trabalho vai para a carga tributária. Se abrir mão desse valor, vamos ficar com uma carteira por R\$ 1,6 mil”, infere.

Ademais, acusa que qualquer valor pago sem aulas é caro, já que não há benefício para os alunos, que sairão desassistidos do conhecimento necessário. Por fim, demonstra preocupação com um possível aumento de acidentes no trânsito ao apontar que morriam 36 pessoas a cada 100 mil habitantes em 1995 e que no ano passado morreram 19 a cada 100 mil pessoas. “Nosso índice é muito ruim. Matamos 34 mil pessoas em um ano”.

Irmã Lucia Boniatti, do Hospital Mãe de Deus, morre aos 82 anos

/ OBITUÁRIO

Morreu, na madrugada de ontem, a irmã Lucia Boniatti, que foi presidente da Associação Educadora São Carlos (AESC) e que, por mais de duas décadas, dedicou-se ao Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre. Após uma cerimônia na Capital, será realizado translado do corpo para Caxias do Sul, onde o velório se dará no Memorial São José (sala D), a partir das 17h30min, e o sepultamento ocorre hoje, às 14h30min, no Ermo da Glória/Instituto São Carlos. Irmã Lucia tinha 82 anos, deixa um legado de fé, dedicação e serviço ao próximo. As informações são da assessoria de imprensa do Mãe de Deus.

Natural de Caxias do Sul e vinda de uma família simples, Lucia cresceu no interior, entre os estudos e a lida no campo. Desde cedo demonstrou amor pelo conhecimento e o desejo de ensinar, o que a levou à vida religiosa e à educação. Licenciada em Ciências e Matemática, com mestrado em Administração de Empresas e especializações em Administração Educacional e Humanidades, formou gerações de jovens com sabedoria e olhar humano. Sua paixão pelo conhecimento e pela formação de pessoas foi a base de toda a sua trajetória.

Na vida institucional, assumiu cedo papéis de liderança. Foi presidente da Associação Educadora São Carlos (Aesc), mantenedora dos hospitais Mãe de Deus e Santa Ana, em Porto Alegre, do Hospital Santa Luzia, em Capão da Canoa, além de quatro Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD), na Capital, o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM),



HOSPITAL MÃE DE DEUS/DIVULGAÇÃO/JC

Desde 2000, Lucia comandava o Complexo de Saúde Mãe de Deus

em Caxias do Sul, e três escolas da Rede ESI (Educação Scalabriniana Integrada): colégios Nossa Senhora de Lourdes, em Farroupilha; São Carlos, em Caxias do Sul e Santa Vitória do Palmar. Também foi superiora provincial da Província Imaculada Conceição, em Caxias do Sul.

Em 2000, tornou-se presidente do Complexo de Saúde Mãe de Deus Center, e, a partir de 2006, passou a presidir também o Conselho do Sistema de Saúde Mãe de Deus. De julho de 2006 até 2023, esteve à frente do Hospital Mãe de Deus, liderando por 17 anos com competência, sensibilidade e visão estratégica a maior obra da congregação na área da saúde.

Sua liderança foi marcada pela inovação, pelo cuidado com as equipes e, sobretudo, pelo compromisso em transformar o hospital em referência de acolhimento, qualidade e excelência em saúde para Porto Alegre e para todo o Rio Grande do Sul.

Senado aprova identificação de áreas de risco em aplicativos de transporte

/ MOBILIDADE URBANA

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou ontem, em sessão terminativa, a proposta que permite que motoristas de aplicativos possam se recusar a levar passageiros cujo destino ou trajeto inclua áreas sinalizadas pelas autoridades como de alta criminalidade. A proposta também autoriza que aplicativos de transporte e de navegação emitam alertas sobre rotas perigosas. Caso não haja recurso, o projeto pode seguir direto para a Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Wilder Moraes (PL-GO), o PL 1.169/2025

prevê que as rotas perigosas sejam identificadas com base em dados fornecidos pelas secretarias estaduais de segurança pública. No entanto, o envio dessas informações pelos órgãos públicos não será obrigatório. Além disso, caso a proposta se torne lei, a adoção do sistema de alerta também será opcional para as plataformas de transporte.

Agora, se não houver abertura de recurso do Senado, o projeto seguirá para Câmara dos Deputados, e por fim, irá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que decidirá se a medida será transformada em lei.

Proposta do novo processo para tirar a CNH

1 - Requisitos básicos

Os requisitos seguem os mesmos: o candidato precisa ter pelo menos 18 anos, saber ler e escrever, possuir documento de identidade e estar inscrito no CPF.

2 - Abertura do processo

O candidato poderá solicitar a abertura do processo de forma digital, pelo site da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). Todo andamento da solicitação poderá ser acompanhado on-line, pelo Registro Nacional de Carteira de Habilitação (Renach).

3 - Comece a estudar

O curso deixa de ser exclusividade das autoescolas, e o aluno não será mais obrigado a cumprir 45 horas de aula teórica. O candidato irá decidir como e onde aprender, seja presencialmente, on-line ou em um formato híbrido, podendo escolher entre:

- Fazer um curso on-line oferecido pelo Ministério dos Transportes;
- Estudar em autoescolas tradicionais, de forma presencial ou à distância;
- Optar por escolas públicas de trânsito (como o Detran) ou outras instituições credenciadas.

4 - Coleta biométrica

Depois de concluir o curso teórico, é preciso realizar a coleta biométrica — foto, digitais e assinatura — no Detran de seu estado.

5 - Exames médicos

O passo seguinte, que continua obrigatório, é realizar a avaliação psicológica e o exame de aptidão física.

6 - Aulas práticas passam a ser opcionais

Não haverá mais a exigência da carga horária mínima de 20 horas-aula, como acontece atualmente. As aulas seguirão sendo oferecidas pelas autoescolas, mas o candidato terá a opção de contratar um instrutor credenciado pelo Detran.

7 - Exame teórico

A prova teórica continua sendo obrigatória e deve ser agendada junto ao órgão de trânsito estadual.

8 - Prova prática

O exame de direção também continua sendo obrigatório e deve ser agendado junto ao Detran, pelos canais disponíveis.

9 - Permissão e CNH definitiva

Quem for aprovado no exame prático recebe, automaticamente, a Permissão para Dirigir (PPD), documento provisório válido por um ano e, se cumprir o prazo sem penalidades, o sistema emite automaticamente a CNH definitiva.

10 - Custos e taxas

Os valores das taxas continuarão sendo definidos pelos Detrans estaduais, mas a expectativa é de que o custo total para obtenção da carteira caia em até 80%.